



ACÓRDÃO Nº 1062/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1663/2015.

Apensos: Processo nº 3875/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Rossieli Soares da Silva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Leda Mourão da Silva - OAB/AM n.º 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM n.º 11193 e Pedro Paulo de Sousa Lira - OAB/AM n.º 11.414.

7- Unidade Técnica: DICAD E DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1112/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC. Exercício de 2014.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC**, referente ao **exercício de 2014**, de responsabilidade do **Sr. Rossieli Soares da Silva**, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2. Dar quitação ao **Sr. Rossieli Soares da Silva**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2.423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

10.3. Recomendar à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - Seduc que cumpra a rigor os dispositivos da Lei 8.666/93 e demais



ACÓRDÃO Nº 1062/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

normas e legislação pertinentes quando da elaboração dos documentos que compõem os processos administrativos, notadamente os relativos a obras e serviços de engenharia;

10.4. Dar ciência ao Sr. Rossieli Soares da Silva e aos demais interessados, nos termos do art.161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;

10.5. Arquivar definitivamente os presentes autos, nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral